

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

**O Direito Internacional em Xeque: A Crise da Soberania, Crimes de Guerra e a
Paralisia da ONU no Conflito Rússia Ucrânia**

Autor(res)

Stace Liz Carneiro
Nicolle Gomes De Oliveira Queiroz
Habib Ribeiro David
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O conflito deflagrado pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa em fevereiro de 2022 constitui um teste crítico para o Direito Internacional. A ação militar russa desafiou frontalmente o princípio da soberania territorial e a proibição do uso da força, pilares do Direito Internacional Público, expondo as vulnerabilidades do sistema de segurança global. Em análise os aspectos jurídicos cruciais do conflito: desde a ilegalidade da agressão sob a ótica do Direito dos Tratados e do DIP, até as alegações de crimes de guerra e o papel do Direito Penal Internacional na responsabilização. Serão examinadas, ainda, a aplicação e a legalidade das sanções econômicas internacionais e o problema da paralisia do Conselho de Segurança da ONU em face do poder de voto russo. O estudo visa demonstrar como este conflito coloca em xeque a eficácia das normas internacionais e a capacidade institucional da comunidade global em manter a paz e impor a justiça.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar os principais aspectos jurídicos do conflito Rússia e Ucrânia, considerando a violação da soberania e do uso da força no Direito Internacional Público, a aplicação do Direito Internacional Humanitário e Penal diante de possíveis crimes de guerra, a legalidade das sanções econômicas e os limites do Conselho de Segurança da ONU frente ao voto.

Material e Métodos

O presente trabalho adotará uma abordagem predominantemente qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica, com o objetivo de construir um resumo expandido que sintetize os principais debates jurídicos sobre o conflito Rússia e Ucrânia. A metodologia de pesquisa será baseada na análise aprofundada de material secundário. O material de estudo compreenderá fontes primárias do Direito Internacional, como a Carta das Nações Unidas, as Convenções de Genebra e o Estatuto de Roma, além de documentos oficiais da ONU e decisões de tribunais internacionais relevantes. Adicionalmente, será realizada uma extensa revisão de literatura especializada, incluindo artigos científicos e obras de referência em Direito Internacional Público, Humanitário, Penal e Econômico. O método empregado será o dedutivo, partindo das normas e princípios gerais do Direito

IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG

Internacional para, em seguida, analisar as especificidades do conflito.

Resultados e Discussão

A análise do conflito Rússia Ucrânia revela violação clara aos princípios do Direito Internacional, expondo fragilidades do sistema de segurança global. A agressão russa configura ilícito internacional, afrontando a soberania ucraniana e a proibição do uso da força (Art. 2(4) da Carta da ONU). Investigações em Direito Internacional Humanitário e Penal indicam possíveis crimes de guerra contra civis, com atuação do Tribunal Penal Internacional. Como resposta, sanções econômicas foram adotadas, embora sua legalidade como contramedidas e eficácia sejam discutidas. O ponto crítico é a paralisação do Conselho de Segurança da ONU diante do voto russo. Conclui-se que, apesar da condenação jurídica, faltam mecanismos coercitivos para conter potências com poder de voto, revelando crise na ordem internacional pós-1945.

Conclusão

O Direito Internacional encontra-se em um momento de tensão máxima: as normas existem e são aplicáveis, mas a arquitetura institucional desenhada no pós-guerra se mostra inadequada para coagir uma potência nuclear. O conflito exige não apenas a responsabilização dos agressores, mas, sobretudo, uma reflexão e reforma urgentes sobre os limites do poder de voto e os mecanismos de segurança para garantir que a justiça prevaleça sobre a força na ordem internacional.

Referências

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-conflito-armado-entre-russia-e-ucrania-a-luz-do-direito-internacional/4072274861>

<https://www.hrw.org/pt/news/2022/02/25/381247>

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rda/article/view/6712>